

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
Curso de Bacharelado em Jornalismo

RODRIGO SEPINI GOMES

**A MACONHA NO DISCURSO MIDIÁTICO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO EM
NOTÍCIAS DO G1 E DO JORNAL ESTADO DE MINAS**

TRÊS PONTAS

2021

RODRIGO SEPINI GOMES

**A MACONHA NO DISCURSO MIDIÁTICO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO EM
NOTÍCIAS DO G1 E DO JORNAL ESTADO DE MINAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em
Jornalismo ao Centro Universitário
Internacional UNINTER.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Ferro

TRÊS PONTAS

2021



Curso de Bacharelado em Jornalismo
Ata de Banca de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso

Ao 01º. dia do mês de julho de 2021 realizou-se a banca de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso do/a estudante Rodrigo Sepini Gomes, portador do Registro Uninter 1798953 do curso de Bacharelado em Jornalismo do Centro Universitário Internacional Uninter. Na ocasião, o trabalho desenvolvido na fase de defesa, na modalidade monografia, sob o título **A maconha no discurso midiático: uma análise de discurso em notícias do G1 e do jornal Estado de Minas** e orientação do/a professor/a Dr. Jeferson Ferro foi apreciado pelos seguintes membros da banca avaliadora:

Examinador/a 1: Me. Matias Peruyera

Examinador/a 2: Dra. Máira de Souza Nunes

Após a conferência do trabalho e considerando a média das notas atribuídas pelos professores examinadores nas fichas de avaliação, atribuiu-se a seguinte nota: **9,4**

Sendo assim, considerou-se o/a estudante **aprovado**.

Ressaltamos a qualidade e rigor metodológico do trabalho, e recomendamos a publicação depois dos ajustes solicitados.

Assinam os seguintes participantes:

Orientador/a:

Examinador/a 1:

Examinador/a 2:

Estudante:

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família, em especial minha mãe Maricelma Sepini e meu pai Aluísio Fernandes, que sempre foram e ainda são exemplos de luta e de vivência na qual me oriento como ser humano. Agradeço minha companheira Cristiane Rabello, pelo apoio incondicional e por me oferecer base emocional para a conclusão desta pesquisa. Agradeço ao meu amigo jornalista e historiador Lucas Magalhães e ao meu amigo professor de Filosofia e Letras João Paulo Martins, por compartilharem ricos conhecimentos. Agradeço aos professores do curso de Jornalismo da Uninter, em especial ao professor Alexsandro Ribeiro e ao professor coordenador do curso de Jornalismo Guilherme Carvalho. Agradeço imensamente ao meu orientador Jeferson Ferro, e aos professores Máira Nunes e Matias Peruyera que compuseram minha banca. Sem o apoio destes, esta pesquisa não teria sido finalizada. Gratidão a todos.

*A água com areia brinca na beira do mar
A água passa e a areia fica no lugar*

Caetano Veloso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de Matérias	33
Tabela 2 - Relação de Acusações Criminais	34
Tabela 3 - Construção Semântica das Manchetes em Matérias Policiais	36
Tabela 4 - Relação das Matérias Não-Policiais	37
Tabela 5 - Tipos de Matérias por Veículo Midiático	38
Tabela 6 - Relações Criminais por Veículo Midiático	38
Tabela 7 - Relação de Matérias Não-Policiais por Veículo Midiático	38
Tabela 8 - Construção Semântica das Manchetes em Matérias Policiais por Veículo Midiático	39
Tabela 9 - Seleção Lexical em Matérias Policiais	39
Tabela 10 - Seleção Lexical em Matérias Não-Policiais	40

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo, através da Análise Crítica de Discurso (ACD) e referenciada pela teoria-método de Análise Tridimensional de Fairclough (Texto, Prática Discursiva e Prática Social), sobre a empregabilidade da palavra “maconha” em matérias selecionadas do portal de notícias G1 e do Jornal Estado de Minas em 2020. O *corpus* desta pesquisa consiste em quarenta matérias, sendo extraídas vinte do portal de notícias G1 e vinte do Jornal Estado de Minas, utilizando as seguintes palavras-chaves para busca: “maconha G1” e “maconha Jornal Estado de Minas”. A investigação buscou compreender o contexto por trás do uso da palavra “maconha” em matérias selecionadas e se há evidências de discursos hegemônicos nestas produções. O estudo traz contribuições para o jornalismo através da observação e crítica ao fazer jornalístico, apontando suas influências na reprodução de hegemonias, e de como a prática da objetividade pelos *mass media* pode favorecer a permanência de estigmas relacionados à planta na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Maconha; Análise de Discurso.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA	13
3 ÉTICA E OBJETIVIDADE NO JORNALISMO	17
4 O JORNALISMO POLICIAL NO BRASIL	22
4.1 SENSACIONALISMO E O VALOR-NOTÍCIA.....	25
4.2 GUERRA ÀS DROGAS.....	27
4.3 A RELAÇÃO DA MÍDIA BRASILEIRA DO SÉCULO XX COM A MACONHA	28
5 A ATUALIDADE DA MACONHA NA MÍDIA BRASILEIRA ATRAVÉS DE NOTÍCIAS DO PORTAL G1 E DO JORNAL ESTADO DE MINAS: ANÁLISE DOS DADOS	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	45
ANEXO A - NOTÍCIAS DO JORNAL ESTADO DE MINAS	49
ANEXO B - NOTÍCIAS DO PORTAL G1	52

1 INTRODUÇÃO

A maconha teria chegado ao Brasil através da migração forçada dos povos africanos escravizados que traziam consigo as primeiras sementes da planta ao país, tal fato seria utilizado posteriormente como justificativa para culpabilizar os africanos e afro-brasileiros pelo vício e geraria o termo pejorativo “fumo d’Angola” para se referir a maconha (CARLINI, 2006). O uso da planta seria recriminado e associado a cultura africana, o que fica exemplificado pela instauração da “Seção de Entorpecentes Tóxicos e Mistificação” em 1890, criada para combater cultos africanos e o uso da maconha (BARROS; PERES, 2011).

A criminalização da maconha no Brasil não é recente, o país seria o primeiro no Ocidente a criar legislação específica contra o uso e venda, feito pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1830 (BARROS; PERES, 2011). O país também teve um papel importante na Conferência Internacional do Ópio em 1924, sendo um dos países membros da comissão que deu o “primeiro passo na direção da proibição da maconha” internacionalmente (SAAD, 2013, p.80).

Os discursos hegemônicos sobre a maconha, principalmente os ligados ao discurso da medicina e das forças de segurança do Estado, seriam reproduzidos pela mídia brasileira durante o século XX, associando a planta a cultura africana, a loucura e a violência (SAAD, 2013). Quanto a hegemonia, Fairclough (2001, p. 122) define como sendo uma

liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento.

Saad (2013, p. 83) afirma que as matérias jornalísticas ligavam a maconha a cultura africana quando utilizavam termos como “diamba, liamba, fumo d’Angola, entre outros”, reforçando assim “a relação da planta com os africanos feitos escravos”.

A grande imprensa brasileira é acusada, segundo Abramo, de manipular a informação e de não apresentar ao público a realidade vivenciada pelo país, trazendo uma “referência indireta à realidade” (2016, p. 37). O processo de produção das manchetes e notícias sobre maconha, alvo de análise dessa pesquisa a partir da Análise

de Discurso, pode carregar consigo discrepâncias e levar à reprodução de discursos “hegemônicos” das forças de segurança do Estado, favorecendo a permanência de estigmas históricos relacionados a maconha.

Eni Orlandi afirma que “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados” (2005, p. 47). De acordo com Chauí (1980), compreende-se ideologia como um fato social produzido nas relações sociais e, portanto, discurso e ideologia se associam, criando assim, problemáticas quanto à imparcialidade e à objetividade no processo de produção jornalístico. Segundo Marilena Chauí (1980, p. 31) “ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, que não é pré-conceito nem pré-noção”, mas sim um ‘fato’ social devido a sua carga de produção em relações sociais [...]”.

Para Van Dijk (2017, p. 190, grifos do autor), as ideologias

refletem os critérios básicos que constituem a identidade social e definem os interesses de um grupo, composto por categorias como *Pertença* (‘Quem pertence ao nosso grupo? Quem pode ser admitido?’), *Atividades* (‘O que fazemos?’), *Finalidades* (‘Fazemos isto com que fins?’), *Valores* (‘Como devemos fazer isto?’), *Posição* (‘Onde nos situamos? Quais são as nossas relações com outros grupos?’) e *Recursos* (‘O que temos, o que não temos?’). dado que estes esquemas são ideológicos, os modos como os grupos e seus membros se representam a si próprios e aos outros podem sem dúvida ser ‘tendenciosos’, quando vistos do ponto de vista de outros (incluindo do nosso ponto de vista como analistas).

Traquina (2005a) realiza uma análise histórica sobre a utilização da objetividade por jornalistas ao escreverem notícias. Observando as razões da adoção dessa objetividade como método, chegou à conclusão que a principal intenção era a de se evitar processos judiciais e possíveis críticas ao trabalho jornalístico. Endossando a reflexão, Tuchman (1972), citada por Traquina (2005a), afirma que a objetividade seria um recurso estratégico em que o jornalista se apoiaria para evitar ataques e críticas. Nessa sequência, Traquina (2005a, p. 198), mencionando a teoria estruturalista, afirma que “os próprios conceitos de noticiabilidade requerem aos jornalistas pressuposições sobre o que é normal na sociedade”, e como o *status quo* se legitima com tal conceito:

Gaye Tuchman saliente que a noticiabilidade, como produto de múltiplas negociações, legitima o *status quo*. Para Tuchman, os grupos sociais que atuam fora do consenso são vistos como marginais e a sua marginalidade é tanto maior quanto mais se afastarem do social legitimado, através da afirmação da demonstração de atos de violência.

Althusser (1971 apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 117) aponta como a mídia atuaria como “aparelho ideológico do estado”, ecoando seus discursos, e se tornando “marcos delimitadores na luta de classe”. Corroborando com esse pensamento, Borges (2012, p. 184-186) afirma que a construção da imagem do “outro” teria influência “dos tentáculos midiáticos”, e questiona: “Em que medida os discursos da mídia permanecem atados a estigmas e estereótipos?”. O texto noticioso, mesmo adotando métodos de objetividade em suas produções, acaba por reproduzir formas de concepção do “Outro”, implantando “modos de avaliar, aceder, aprovar, reprovar códigos de conduta e formas de apresentação (estética e, às vezes, moral)”.

Tendo em vista tais considerações teóricas sobre mídia, ideologia, hegemonia e discurso, esta pesquisa consiste em analisar o contexto no qual está inserido o uso da palavra “maconha” em manchetes de notícias do portal G1 e do Jornal Estado de Minas, selecionando textos publicados entre janeiro e dezembro de 2020.

Atuando entre os maiores sites de notícias do país, encaixando-se no termo de grande imprensa, G1 e Jornal Estado de Minas proporcionam ao receptor uma gama de manchetes diárias relacionados à maconha, em sua maioria sobre o tráfico de drogas, sendo este um valor-notícia apreciado por esses meios de comunicação. Diante do *corpus* analisados, a pergunta que se propõe responder é: a construção das manchetes e notícias envolvendo a palavra “maconha” podem reproduzir discursos hegemônicos, criminalizantes e/ou estereotipados?

Partindo desse questionamento, as hipóteses norteadoras desta pesquisa são:

1. As manchetes e notícias que contém a palavra “maconha” no portal G1 e no Jornal Estado de Minas podem levar a reproduções estereotipadas e estigmatizadas quanto a questões relacionadas a maconha, através do uso majoritário de fontes policiais na construção de matérias relacionadas a apreensão de drogas;
2. Existe uma omissão sobre debates favoráveis à legalização/descriminalização no Brasil em suas produções, como também críticas ao impacto gerado pela guerra às drogas no Brasil;
3. Há seletividade lexical entre os termos “maconha” e “*cannabis*”.

A contribuição desta análise será válida para vários campos do saber dentro das humanidades, como a Sociologia e a Linguística, mas a notabilidade para o âmbito jornalístico é predominante, visto que o estudo da produção das manchetes e notícias sobre maconha, sendo elas sobre tráfico, legalização/descriminalização e uso medicinal, torna-se relevante à comunicação, possibilitando análises e críticas sobre o modo de se fazer jornalismo.

Com tais observações, o estudo sobre a construção da notícia torna-se relevante para aprofundar as discussões sobre mídia, manipulação e hegemonia, e compreender como o discurso reproduzido pelo jornalismo pode favorecer a permanência de estigmas dentro da sociedade brasileira.

Esta pesquisa foi organizada em cinco capítulos, que além desta Introdução exposta, apresenta em seu segundo capítulo a Metodologia aplicada para a formação do *corpus* e para a análise dos dados, seguindo o modelo tridimensional de Análise Crítica de Discurso (Texto, Prática Discursiva e Prática Social) de Norman Fairclough (2001).

O terceiro capítulo desta pesquisa, sob o título “Ética e objetividade no jornalismo” e embasado nos estudos de Nelson Traquina (2001, 2005a e 2005b), concentra-se no debate realizado por teóricos do campo de comunicação sobre o início da empregabilidade da objetividade por jornalistas, como também suas principais funções dentro da construção da notícia. A prática da ética jornalística e sua utilização dentro da história do jornalismo, permeando os códigos deontológicos da profissão, é, também, fundamentado nas discussões do capítulo.

O quarto capítulo, “Jornalismo Policial no Brasil”, se debruça sobre a história da especialização jornalística no país e, principalmente, ao surgimento do jornalismo policial e suas características no Brasil, como o sensacionalismo. Os debates teóricos envolvendo sensacionalismo e sua prática na mídia, embasou-se, principalmente, nos estudos de Nelson Traquina e de Danilo Angrimani Sobrinho (1995). Encerra-se com discussões sobre a relação histórica da mídia brasileira com a maconha.

A composição do quinto capítulo, “A atualidade da maconha na mídia brasileira através de notícias do portal G1 e do Jornal Estado de Minas: análise dos dados”, se apresenta com os dados extraídos do *corpus* desta pesquisa, como também a análise de discurso das matérias selecionadas, utilizando teorias-métodos de Fairclough e Van Dijk.

2 METODOLOGIA

O processo metodológico desta pesquisa consistiu-se em um levantamento bibliográfico de produções científicas, publicadas sobre os temas levantados nesse estudo, que contaram com o aparato teórico dos principais estudiosos e críticos dos meios de comunicação de massa, e especialistas em Análise Crítica de Discurso (ACD), em especial os analistas dos discursos midiáticos. Um aprofundado estudo bibliográfico para uma contextualização teórica e metodológica foi realizado para que se pudesse chegar a uma análise do *corpus* condizente com a pesquisa científica e acadêmica. A Análise Crítica de Discurso foi aplicada como método de inferência para as respostas que as hipóteses e problemas norteadores desta pesquisa conclamam. Posto isso, a Análise de Discurso “deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar”, carregando consigo outros campos dos saberes (FAIRCLOUGH, 2001, p. 276).

A priori, os estudos do campo do discurso, mídia, ética, manipulação e hegemonia foram analisados para uma introdução teórica e metodológica necessária para qualquer início de pesquisa que busque compreender e analisar os discursos empregados pelos *mass media*.

Nos saberes do discurso, de sua análise e interpretação, as teorias de Norman Fairclough e seu modelo tridimensional (Texto, Prática Discursiva e Prática Social) foram utilizados como base para uma análise qualitativa das manchetes dos portais aqui analisados. Mais especificamente, para a análise, foram utilizadas os itens “vocabulário”, “gramática”, “coesão”, “estrutura textual”, “coerência dos textos” e “intertextualidade”. Sobre a análise e a utilização de tais itens, Fairclough (2001, p. 103) pontua que:

A análise textual pode ser organizada em quatro itens: ‘vocabulário’, ‘gramática’, ‘coesão’, e ‘estrutura textual’. Esses itens podem ser imaginados em escala ascendente: o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. Além disso, distingo três outros itens principais que não serão usados na análise textual, mas na análise da prática discursiva, embora certamente envolvam aspectos formais dos textos: a ‘força’ dos enunciados, isto é, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, etc.) por eles constituídos; a ‘coerência’ dos textos; e a ‘intertextualidade’ dos textos. Reunidos, esses sete itens constituem um quadro para a análise textual que abrange aspectos de sua produção e interpretação como também as propriedades formais dos textos.

Os estudos e análises de Eni Orlandi (2005) e de Teun A. van Dijk (1992 e 2017) também foram utilizados como referencial teórico-metodológico para a análise dos

corpus. Especialistas do campo da Teoria da Comunicação, como Nelson Traquina, Walter Lippmann (2008), Perseu Abramo (2016), Danilo Angrimani Sobrinho (1995), José Arbex Junior (2001) e Pierre Bourdieu (1997) contribuíram para o arcabouço teórico necessário para uma compreensão das problemáticas que os meios de comunicação apresentam, e que serviram de base introdutória deste trabalho. Sobre discurso, Carvalho (2013), citando Brandão (1994) observa que:

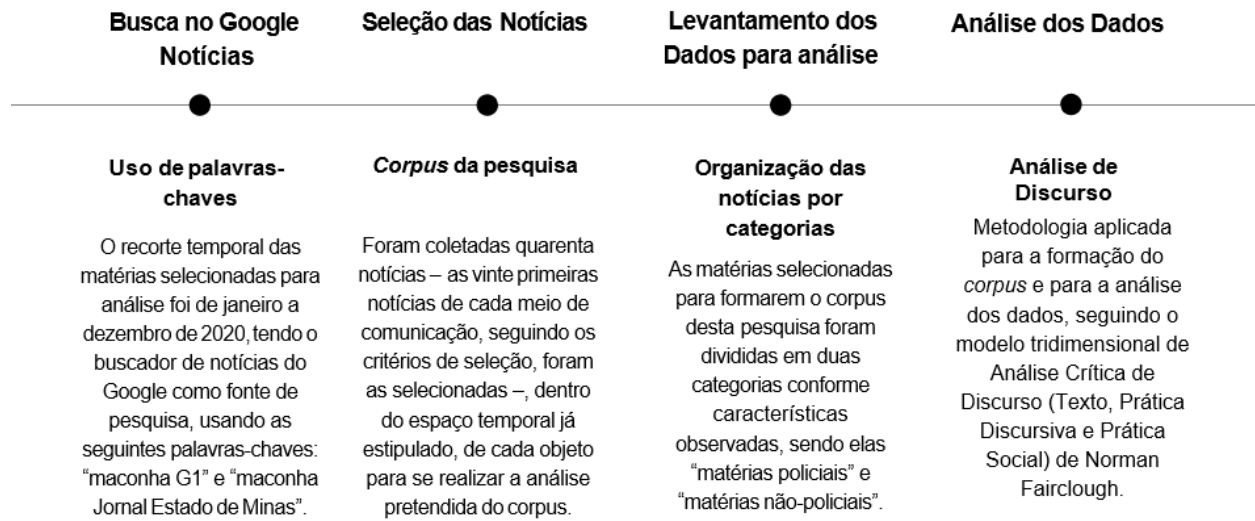
Todo discurso, portanto, estrutura-se com base na utilização de sistemas de signos que são necessários para que o que se quer dizer faça sentido para quem recebe a mensagem. Ocorre que esta significação é construída a partir de determinadas intenções que não são aparentes, mas que podem ser apreendidas a partir do esforço de pesquisa. “Sistemas de significação”, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação signica que reside o ideológico.” (CARVALHO, 2013, p.12)

Quanto ao objeto desta pesquisa, foram selecionados o portal de notícias G1 e o Jornal Estado de Minas (on-line). A escolha desses objetos para a formação do *corpus* se deu, principalmente, por representarem a chamada grande imprensa - nacionalmente e regionalmente –, sendo o G1, do Grupo Globo – maior conglomerado midiático do Brasil e da América Latina –, e o Jornal Estado de Minas, fundado em 1928, pertencente aos Diários Associados - está entre os maiores conglomerados de mídia do Brasil.

O recorte temporal das matérias (*corpus*) selecionadas para análise dentro desses sites de notícias foi de janeiro a dezembro de 2020, tendo o buscador de notícias do Google¹ como fonte de pesquisa, usando as seguintes palavras-chave: “maconha G1” e “maconha Jornal Estado de Minas”. Após a averiguação de notícias relacionadas com a temática desta pesquisa dentro dos portais selecionados, foram coletadas quarenta notícias – as vinte primeiras notícias de cada meio de comunicação, seguindo os critérios de seleção, foram as selecionadas –, dentro do espaço temporal já estipulado, de cada objeto para se realizar a análise pretendida do *corpus*. Matérias que continham em suas manchetes outras substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas além da maconha não foram coletadas. Vide linha do tempo do processo metodológico abaixo:

¹ <https://news.google.com/topstories?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR:pt-419>

Do Levantamento dos Dados aos Resultados



Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

A pesquisa não tem como objetivo/intuito realizar juízos de valor, e/ou apontar inocência/culpabilidade dos sujeitos envolvidos nas notícias, principalmente aquelas relacionadas ao tráfico de drogas. Buscou-se apontar até que ponto o discurso presente em tais matérias contribui para reproduzir discursos hegemônicos, criminalizante e/ou estigmatizados em relação à maconha no Brasil.

Para Orlandi (2005), dentro do dispositivo teórico da interpretação:

[...] há uma parte que é da responsabilidade do analista e uma parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da Análise de Discurso. O que é de sua responsabilidade é a formulação da questão que desencadeia a análise. (ORLANDI, 2005, p.26)

A Análise Crítica do Discurso se mostra como o aparato teórico-metodológico adequado para a realização dessa análise, o que fica exemplificado por Dijk (2017) ao definir a ACD:

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político. Com esta investigação dissidente, os analistas críticos do discurso tomam uma posição explícita e querem desta forma compreender, expor e, em última análise, resistir à desigualdade social. (DIJK, 2017, p.19)

É na análise através da ACD que o analista realizará indagações “sobre o modo como determinadas estruturas do discurso são utilizadas na reprodução da dominância social [...]” (DIJK, 2017, p.21), e é ela que buscará “pelo sentido ideológico do texto”

(CARVALHO, 2013, p.12). Como Dijk nos aponta, termos como “poder”, “ideologia”, “raça”, “discriminação”, “classe” e “hegemonia”, fazem parte do vocabulário da pesquisa em Análise Crítica do Discurso.

A apresentação dos dados deu-se através da produção de tabelas, contribuindo assim para uma maior compreensão, por parte do leitor, do que pôde ser extraído do *corpus* da pesquisa.

3 ÉTICA E OBJETIVIDADE NO JORNALISMO

O jornalismo e os meios de comunicação desempenham um grande poder, pois é através desses meios que a sociedade é informada sobre a realidade² que a cerca. As responsabilidades são iguais ou maiores que o peso do poder que exerce, e esse poder gera preocupações éticas³ e morais (CHRISTOFOLETTI, 2008). Essa preocupação com a ética no jornalismo começa a aparecer no final do século XIX, mas somente se torna um evento durante o século XX, sendo assim, algo recente na história da imprensa.

Isso se comprova através das primeiras publicações de livros de ensino jornalístico nos Estados Unidos que orientavam os discentes a “improvisarem sobre os fatos” para que os leitores fossem agraciados “não apenas por ‘fatos’ mas ‘colorido” (SCHUDSON apud TRAQUINA, 2005a, p.87). O primeiro código de ética (deontológico) para a profissão foi criado em 1900, na Suécia, mas implementado em 1920, e a Federação Internacional de Jornalistas viria a adotar um código próprio apenas em 1939 (TRAQUINA, 2005a).

Por contemplar uma variedade de programações, há distinções de pesos e compromissos éticos dentro dos meios de comunicação. As especificidades do jornalismo fazem dele o campo com maiores responsabilidades, como afirma Christofoletti:

Os meios de comunicação reúnem diversão, entretenimento e informação. Os compromissos éticos de quem apresenta um programa de auditório na TV são distintos de quem está na bancada do telejornal. Por isso, os debates em torno da conduta dos jornalistas e o próprio papel do jornalismo no imaginário social assumem proporções mais preocupantes, já que o estatuto de verdade de seus produtos e serviços é mais ambicioso que o dos programas que alegrem as tardes de domingo. Claro que animadores de auditório também precisam ter responsabilidades sobre o que veiculam em seus programas, mas com jornalismo não se brinca. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 11)

Dentro do campo jornalístico, a ética guia os valores da profissão e se transforma em sinônimo de qualidade técnica do produto veiculado (reportagem, fotografia ou

² Para Perseu Abramo (2016, p. 37-38), a manipulação exercida pela grande imprensa leva a uma “outra realidade”, “uma realidade artificial” no lugar da realidade real. Citando como exemplo o reflexo de um objeto em um espelho quebrado, Abramo demonstra que “a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só é o objeto como também não é a sua imagem: é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real”, se referindo a relação entre imprensa e a realidade.

³ Martino e Marques (2018, p. 14) apontam que a ética “como exame racional dos valores morais que orientam as ações, nasce quando há possibilidade de escolha individual – o que, imediatamente, implica também responsabilidade individual”.

qualquer outro meio de veiculação de notícia), independentemente de qual meio usar (rádio, televisão, impresso, web, etc.), e do profissionalismo do jornalista. A ética "deve preocupar não só quem produz informação, mas também quem a consome" e sua utilização "ajuda a lembrar o profissional de que há matizes entre o fato e o seu relato" (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 12).

Christofoletti (2008) reconhece os avanços e o amadurecimento do campo jornalístico no Brasil, principalmente após a redemocratização, como por exemplo o aperfeiçoamento de técnicas de investigação e a preocupação com o jornalismo de serviços. Mas não deixa de recordar momentos envolvendo jornalismo e ética que levaram a coberturas desastrosas:

Como o aprimoramento compreende erros, o jornalismo brasileiro acumulou diversos deslizos neste período. Não é demais lembrar do caso da Escola Base em São Paulo, da denúncia equivocada de superfaturamento na compra de bicicletas para agentes de saúde, acusando o ministro Alcení Guerra, da edição desequilibrada do debate televisivo Lula x Collor em 1989, entre outros exemplos. Jornalistas e meios de comunicação erraram, deixando vítimas por toda a parte. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 14)

O jornalismo, como citado, detém poderes e responsabilidades dentro de uma sociedade, pois "guarda os cidadãos dos eventuais abusos de poder por parte dos governantes" (TRAQUINA, 2001, p. 187). Por realizar esse papel, é conhecido como o Quarto Poder⁴, aquele que tem o papel de vigilante constante dos Poderes constituídos em prol do bem comum. Traquina (2001, p. 187) afirma que, por adquirir tal poder, estudiosos e grupos sociais realizam uma indagação: "quem protege os cidadãos do Quarto Poder?". Para o teórico, o papel central de vigilante do Quarto Poder se encontra nas mãos dos cidadãos: "O cidadão, assumindo plenamente a sua cidadania, deve vigiar o Quarto Poder (TRAQUINA, 2001, p. 198). Traquina ainda afirma que proprietários e profissionais da mídia não devem se esquivar e ignorar as críticas que recaem sobre a imprensa ou ignorar as responsabilidades sociais como participantes da construção da realidade. Citando Lippmann (1922), observa que:

⁴ O jornalismo como guardião da liberdade e da democracia, o chamado Quarto Poder, surge das propostas democráticas durante os séculos XVII e XVIII. "O termo foi forjado por um inglês em 1828, numa altura em que os primeiros teóricos de um novo sistema de governação chamado *democracia* argumentavam que os média noticiosos (nessa altura histórica apenas a imprensa) teriam um papel fundamental e dual. Primeiro, ser um guardião dos cidadãos, protegendo-os do abuso de poder por governantes que até então apenas tinham mostrado a face da tirania. Segundo, ser simultaneamente um veículo de informação para equipar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e uma voz dos cidadãos na expressão das suas preocupações, da sua ira, e, se for preciso, da sua revolta." (TRAQUINA, 2001, p.187 e 189-190).

Tanto os proprietários como os trabalhadores profissionais precisam tomar em atenção as sábias palavras do jornalista norte-americano Walter Lippmann, que há exatamente 78 anos observou que, quando a ira ou a desaprovação públicas se tornam suficientemente veementes, os mídia noticiosos fariam bem em se regular efetivamente, ou um dia os políticos "famintos do seu legítimo alimento espiritual, iniciem uma caça selvagem e febril ao homem e não se detenham no canibalismo" (Lippmann, 1922:189). Era verdade nos anos 20 e é verdade hoje que a caça ao homem já começou, tal como foi evidenciado não apenas pelo crescente ultraje público contra a escandalosa invasão da privacidade por membros vorazes dos mídia noticiosos - tão eloquentemente exemplificado pela morte da Princesa Diana e a condenação unânime dos *paparazzi* -, mas também pela litania de críticas por muitos diversificados segmentos da sociedade, incluindo membros da comunidade acadêmica. (TRAQUINA, 2001, p. 189)

Com o surgimento de códigos deontológicos e uma inquietação maior sobre o papel da ética no trabalho jornalístico surge, também durante o século XX, o valor da objetividade⁵. Esse fato se deu como consequência de mudanças ocorridas na área ainda no século XIX, quando os fatos começaram a se sobressair à opinião (TRAQUINA, 2005a). A questão da objetividade aparece como uma forma de legitimar o processo de produção jornalístico como um método científico, tornando-o mais profissional e melhorando a dignidade dos trabalhadores da imprensa (LIPPMANN apud TRAQUINA, 2005a).

Mesmo com a objetividade iniciando seu implemento no processo de produção da notícia, ainda havia dúvidas entre os jornalistas sobre a sua real efetividade. Os profissionais apontavam que a "reportagem objetiva era, no fim das contas, uma meta fora do seu alcance", reconhecendo assim os "perigos da subjetividade" (TRAQUINA, 2005a, p. 138). Mas, Traquina (2005a) observa que a ideia maniqueísta de objetividade e subjetividade em campos totalmente opostos, sendo o primeiro uma negação do segundo, está no mínimo, equivocada:

Assim, a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho. (TRAQUINA, 2005, p.139)

Tuchman (1972), citada por Traquina (2005a), corrobora essa ideia ao afirmar que:

⁵ Segundo Rabaça e Barbosa (2014, p.234), a objetividade seria a "qualidade de um texto informativo que procura retratar fielmente os fatos, sem a interferência de valores subjetivos e opiniões pessoais no processamento da informação."

Atacados devido a uma controversa apresentação de ‘fatos’, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos. (TUCHMAN apud TRAQUINA, 2005a, p. 139)

Rabaça e Barbosa (2014, p. 234) reforçam a premissa de Traquina ao concluírem que a prática da objetividade seria impossível em sua totalidade, pois a seleção de informações e o “encadeamento dessas informações no discurso” já eliminaria a “pretensa objetividade”, e que ao invés da busca frequente de uma objetividade, se apresentaria o papel da honestidade das informações como o mais adequado para o processo de produção da notícia. Com isso, podemos afirmar que a problemática tocante à objetividade se encontra em sua interpretação, pois o método não surge para negar, mas para reconhecer a inevitabilidade da subjetividade.

Tendo a percepção de que os fatos são subjetivos, “construídos a partir da mediação” de um profissional da imprensa que tem suas ideologias⁶, interesses pessoais e preconceitos, a objetividade surge para “criar uma metodologia de trabalho” que possa amenizar a “influência no relato dos acontecimentos” (PENA, 2005, p. 50). Pena observa que:

A sociedade confunde a objetividade do método com a do profissional, e este jamais deixará de ser subjetivo. E também confunde texto com discurso, o que fica claro na separação dogmática entre opinião e informação. [...] Mas o que se observa no jornalismo atual é uma simbiose, não uma separação. A notícia nunca esteve tão carregada de opiniões. E um dos motivos é justamente atender ao critério da objetividade que obriga o jornalista a ouvir sempre os dois lados da história. Os jornais valorizam mais as declarações do que os próprios fatos. Ou seja, preocupam-se mais com os comentários sobre os acontecimentos do que com os acontecimentos em si. (PENA, 2005, p. 51)

Dessa forma, os jornalistas – com suas ideologias, interesses pessoais e preconceitos – alçados a mediadores realizam a seleção dos acontecimentos, convertem “fragmentos da realidade” em notícia reportando aos seus leitores-ouvintes-telespectadores “o que acontece no mundo”. Ao fazer esse recorte da realidade, os profissionais da imprensa elegem os acontecimentos “a partir de uma ideologia, de inseri-lo numa escala de valores para transformá-lo em fato e em unidade noticiosa”, sendo assim, “não existe nenhuma forma de falar de uma ocorrência qualquer de

⁶ O termo ideologia aparece primeiramente através dos escritos do filósofo francês Destutt de Tracy, durante os anos finais do século XVIII, mais precisamente em 1796. Tracy usou a palavra “ideologia” para “descrever seu projeto de uma nova ciência que estaria interessada na análise sistemática das ideias e sensações. O conceito seria “como um rótulo para uma suposta ciência das ideias” (THOMPSON, 2011, p. 43 e 44).

maneira 'isenta'" (HERNANDES, 2006, p. 23, 25 e 27). Carvalho observa que:

O jornalista, ao redigir sua matéria, considera a linha editorial do veículo no qual ele trabalha, considera as diferentes versões sobre o mesmo fato, constrói seu texto com base na memória de outras matérias construídas por seus colegas, reproduz um modo de fazer já consolidado na profissão que respeita a certos critérios tanto na apuração dos fatos como na sua redação. Nesse sentido, há muitos "já ditos" no texto jornalístico. O jornalismo se serve destes enunciados já elaborados para construir os discursos. (CARVALHO, 2013, P. 20)

Isso se exemplifica quando voltamos as atenções para a teoria do "gatekeeper"⁷, na qual, para essa teoria, o jornalista decidiria o que é notícia ou não, passando-a por *gates* (portões), sendo o jornalista (o gatekeeper) responsável pela publicação ("vida") ou não publicação ("morte") da notícia. David Manning White foi o primeiro a aplicar tal teoria ao campo jornalístico nos anos 1950. Nas conclusões de White sobre esse estudo, "o processo de seleção é subjetivo e arbitrário", pois "as decisões do jornalistas eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor" do gatekeeper, como os já citados: interesses pessoais, preconceitos e ideologias (TRAQUINA 2005a, p. 150).

⁷ Primeira teoria sobre o jornalismo surgida no meio acadêmico, "avançada nos anos 1950 por David Manning White", sendo o primeiro a aplicá-la ao jornalismo. "Nessa teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, 'portões' que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não." (TRAQUINA, 2005a, p. 149-150)

4 O JORNALISMO POLICIAL NO BRASIL

O jornalismo especializado se tornou realidade nas redações brasileiras ainda no século XIX, como aponta Bueno (2015). Jornais como A Gazeta do Rio de Janeiro e O Patriota já se distinguiam por trazerem assuntos especializados, como notícias relacionadas à tecnologia e à medicina. A Revista Brasileira, fundada 1857, com o título Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes sob direção de Cândido Batista de Oliveira (1801-1865), cientista com formação em Matemática pela Universidade de Coimbra, impulsionou a divulgação científica em suas edições. Cândido Batista, além de dirigir o veículo midiático, também escrevia artigos e textos científicos para a Revista (BUENO, 2015).

O Jornalismo Policial ou RePol (reportagem policial no jargão jornalístico) como especialização surgiu primeiramente em jornais impressos da Europa (principalmente na Inglaterra) e Estados Unidos durante o século XIX relatando os mais variados crimes, contendo nessas primeiras reportagens o que seria uma das suas principais características: o sensacionalismo⁸ (AIRES; ROSENZWEIG, 2015). Sobre o sensacionalismo em jornais impressos durante o século XIX, Angrimani Sobrinho afirma que:

No século XIX, faziam muito sucesso na França os “canards”, jornais populares de apenas uma página, impressos na parte frontal e que comportavam título, ilustração e texto. Os “canards” mais procurados, segundo Seguin, eram os que relatavam *fait divers* criminais: crianças martirizadas ou violadas, parricídios, cadáveres cortados em pedaços, queimados, enterrados. Assim como eclipses, cometas, grandes catástrofes, tremores de terra, inundações, desastres de trem, naufrágios. Os vendedores de “canards” saíam às ruas aos gritos, chamando a atenção do público para suas manchetes e irritando os mais sensíveis: “De manhã à noite, o canardeiro percorre todas as ruas da capital, gritando com todos os pulmões um sem-número de acontecimentos (...) e tudo com a autorização do senhor chefe de polícia” -. Além de “pato”, o termo “canard” significa também conto absurdo, fato não-verídico, cambalacho e, posteriormente, folhetim ilustrado. (SOBRINHO, 1995, p. 19-20).

Segundo Lopes (1998 apud PACHECO, 2005, p. 13), o jornalismo policial ganhou força nos meios radiofônicos do Brasil na primeira metade do século XX, por ser o rádio barato e de fácil acesso, atingindo principalmente as classes de baixa renda. A

⁸ O Dicionário Essencial de Comunicação define sensacionalismo como um “Estilo jornalístico caracterizado por intencional exagero da importância de um acontecimento, na divulgação e exploração da uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público. Esse exagero pode estar expresso no tema (no conteúdo), na forma do texto e na apresentação visual (diagramação) da notícia. O apelo ao sensacionalismo pode conter objetivos políticos (mobilizar a opinião pública para determinar atitudes ou pontos de vista) ou comercial (aumentar a tiragem do jornal).” (RABAÇA; BARBOSA, 2014, p. 250)

audiência alcançada com programas policiais, contando com notícias sobre roubo, assalto e demais crimes fez do jornalismo policial uma editoria apreciada por esse meio de mídia e “um dos principais produtos das emissoras”. Mas é na televisão que a cobertura policial se consagraria. A televisão se tornaria não apenas um centro de divulgação de notícias, mas também faria o papel de seleção e transformação dos fatos em notícias. Segundo Arbex Junior (2001, p. 98),

A televisão é um polo ativo do processo de seleção e divulgação das notícias e também dos comentários e interpretações que delas são feitas. Ela não é mera “observadora” ou “repórter”: tem o poder de interferir nos acontecimentos. O telenoticiário diário adquiriu o estatuto de uma peça política, cuja lógica é determinada pelas relações de cada veículo da mídia com o sistema político, financeiro e econômico do país ou região em que ele se encontra.

O aparecimento e expansão da televisão também impactou os jornais impressos mais tradicionais, houve a necessidade de se repensar e reformular o *modus operandi* na divulgação das notícias: cores, diagramação mais sutil, parágrafos menores e o uso de mapas foram implementados para suprir as necessidades visuais que os já habituados leitores/telespectadores apresentavam (ARBEX JUNIOR, 2001).

O jornalismo policial, dentro da grande mídia que a televisão se transformou ao longo das décadas, ganharia cada vez mais espaço em programas jornalísticos focados em ocorrências policiais, chamados genericamente de “programas policiaiscos”, que traziam, principalmente, pautas relacionadas à violência, tráfico de drogas, assassinato e assaltos. Programas como “Cidade Alerta” (Rede Record), “Brasil Urgente” (Bandeirantes) e “Alerta Nacional” (RedeTV) que se originou do “Alerta Amazonas” (TV A Crítica) e tendo como apresentador Sikêra Junior⁹, são exemplos de programas policiaiscos que “dão maior visibilidade à violência” se comparado com outros telejornais tradicionais (ROMÃO, 2013, p. 32).

Em suma, as principais matérias do jornalismo policial sensacionalista são sobre crimes, abordando-as de forma dramática, com uma linguagem diferenciada, focando na dor de vítimas e familiares (AIRES; ROSENZWEIG, 2015). A televisão impulsiona esse sensacionalismo a partir do momento que “convida a dramatização”, exagerando na

⁹ Sikêra Junior ficou conhecido após vídeos do programa Alerta Alagoas, na qual apresentava, terem se tornado “virais” em redes sociais como o Facebook e YouTube. Em alguns desses vídeos, Sikêra “lança uma praga” em usuários de maconha: “Você vai morrer, é neste Natal, desse você não escapa. É neste Natal! Você não vai comer panetone, você não vai comer chester, você não vai ver o Papai Noel. Você vai passar o Natal no inferno”.

importância, na gravidade, no trágico, buscando assim o sensacional (BOURDIEU, 1997, p. 250).

Com o advento da internet¹⁰ um maior fluxo de informações tornou-se realidade e o ambiente gráfico, como também a interface das páginas, foram aprimoradas para receber a grande quantidade de acesso (FERRARI, 2010). Em 1997 o termo “portal” seria utilizado pela primeira vez para designar “portal de entrada” de um site, e o conteúdo jornalístico se tornaria o seu “principal chamariz”, assumindo assim “o comportamento de mídia de massa” por agregar milhões de conexões ao mesmo tempo (FERRARI, 2010, p. 30). Mas o jornalismo se adaptaria gradualmente a esse novo ambiente virtual, como afirma Ferrari (2010, p. 24):

A maioria dos sites jornalísticos surgiram como meros reprodutores do conteúdo publicado em papel. Apenas numa etapa posterior é que começaram a surgir veículos realmente interativos e personalizados. O pioneiro foi o norte-americano *The Wall Street Journal*, que em março de 1995 lançou o *Personal Journal*, veículo entendido pela mídia como sendo o “primeiro jornal com tiragem de um exemplar”. O princípio básico desse jornal era enviar textos personalizados a telas de computadores.

Como já afirmado, o sensacionalismo se tornou uma característica do jornalismo policial desde o seu surgimento no século XIX nos impressos, se perpetuando no rádio e atualmente é um traço marcante nos telejornais policiais, que oferecerem maior visibilidade à violência. Pinheiro, Longui e Giudice (2016, p. 5) observam que

em um website de notícias que possui tendência para a editoria policial, as ocorrências comuns como, violência contra mulher, vias de fato, furto, roubo, acidente, não irão despertar a curiosidade no público se não estiverem acompanhadas de fotos ou vídeos chocantes, com destroços, sangue, desgraças, pois o que os internautas desse determinado site irão buscar são notícias assim. Muitas reportagens com esse gancho jornalístico apresentam fotos ou vídeos, ou reportagens multimídias, dando enfoque as desgraças e a exploração das imagens e, não a averiguação dos fatos e enriquecimento do texto noticioso.

O jornalismo policial seguiria, dentro desse contexto digital, a sua característica sensacionalista, rendendo-se agora ao imediatismo causado pelo grande fluxo informativo que as novas tecnologias trouxeram consigo (SOUSA, 2016).

¹⁰ Concebida em 1969 nos Estados Unidos para fins militares e acadêmicos, a internet se expandiria, chegando no início da década 1990 com “mais de oitenta países interligados”. Essa expansão foi possibilitada com o surgimento da World Wide Web (WWW) em 1980. O crescimento do uso da internet se exemplifica com o aumento de computadores conectados, que foi de 1,7 milhão em 1993 para 20 milhões em 1997 em todo o mundo (FERRARI, 2010, p. 16).

4.1 SENSACIONALISMO E O VALOR-NOTÍCIA

O termo “sensacionalista” tornou-se um adjetivo pejorativo e digno de descrédito por parte de outras mídias que não partilham dessas características, como também de leitores-telespectadores-ouvintes. A comoção, o trágico, a violência, o vulgar, o apelativo e a espetacularização ganham protagonismo na cobertura jornalística sensacionalista. Segundo Traquina (2001), citando Engel (1996) e Alger (1998):

O sensacionalismo foi, quando muito, mais predominante nas publicações na Europa do século XVIII que precederam o jornal. O autor britânico Matthew Engel (1996) escreve sobre os mídia noticiosos em Inglaterra nessa altura desta forma: “Assuntos carnais e pecados secretos eram o tema dos jornais populares de domingo”. [...] O ponto principal é que as pessoas precisam de notícias. O ponto principal é que as pessoas têm querido certos tipos de notícias. O ponto principal é que o jornalismo também tem sido sempre um negócio. Tem havido sempre uma tensão latente, que explodiu frequentemente no passado entre o jornalismo como negócio e o jornalismo como serviço público. A ideologia do jornalismo tem acentuado o seu lado de serviço público, mas tem tido cada vez mais dificuldade em fornecer uma máscara a um empreendimento que sofreu importantes mutações na sua estrutura econômica à medida que os empreendimentos familiares vão sendo substituídos por megaconglomerados midiáticos num estonteante remoinho de concentração, globalização e convergência. (TRAQUINA, 2001, p. 192-193)

Marcondes Filho, citado por Angrimani Sobrinho (1995, p.15), aponta que temas como sexo, sangue e escândalos expressam os conteúdos dessas mídias, caracterizando “o grau mais radical da mercantilização da informação”, com isso, não informa, apenas satisfaz as “necessidades instintivas do público”. Sobre publicações sensacionalistas e manchetes, Angrimani Sobrinho aponta que:

A inadequação entre manchete e texto – ou ainda, manchete e foto; texto e foto; manchete, texto e foto – é outra característica da publicação sensacionalista, o que pode reforçar a posição de descrédito do leitor perante o veículo. Isto porque a manchete, dentro da estratégia de venda de uma publicação que adotou o gênero sensacionalista, adquire uma importância acentuada. A manchete deve provocar comoção, chocar, despertar a carga pulsional dos leitores. São elementos que nem sempre estão presentes na notícia e dependem da “criatividade” editorial. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, P. 16)

A linguagem utilizada por veículos/reportagens sensacionalistas se difere da linguagem adotada por veículos/reportagens tradicionais. A linguagem sensacionalista não é neutra, não permite esse distanciamento, pois há a necessidade do leitor-telespectador-ouvinte “se envolver emocionalmente” com o que é veiculado (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 16). Desse modo o não convencional e o escandaloso se fazem necessários, como também o uso de palavrões e gírias, tornando

o coloquial exagerado uma característica marcante desse meio (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 16).

Angrimani Sobrinho (1995) ainda acrescenta um “ponto de vista psicanalítico” à análise do sensacionalismo ao citar Auclair (1970), apontando uma explicação da leitura recorrente de notícias de cunho violento à teoria freudiana de “pulsão de morte”¹¹. Auclair, citado por Angrimani, realiza a ligação dessa teoria psicanalítica à “satisfação simbólica” do leitor-telespectador-ouvinte ao se deparar com tais características (AUCLAIR apud ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, P. 16-17).

Auclair, em seu livro “Le Mana Quotidien – Structures et fonctions de la chronique des faits divers”, recorre a psicanálise e utiliza os conceitos freudianos de “denegação” e “pulsão de morte”, para sustentar sua tese de “satisfação simbólica”, relacionada com a “catarse” (outro termo criado por Freud) que ocorreria na leitura diária de *fait divers*. Auclair, ao utilizar expressões como “sonhos purificadores” de “compensação”, “violência perpetrada ou sofrida por procuração”, “sofrimento masoquista”, entre outras, sugere caminhos que convergem na linha de pesquisa que tracei para melhor compreender o sensacionalismo. Demonstra assim que é preciso acrescentar um ponto de vista psicanalítico ao estudo da comunicação. [...] O meio de comunicação sensacionalista se assemelha a um neurótico obsessivo, um ego que deseja dar vazão a múltiplas ações transgressoras – que busca satisfação no fetichismo, voyeurismo, sadomasoquismo, coprofilia, incesto, pedofilia, necrofilia – ao mesmo tempo em que é reprimido por um superego cruel e implacável. É nesse pêndulo (transgressão-punição) que o sensacionalismo se apoia. A mensagem sensacionalista é, ao mesmo tempo, imoral-moralista e não limita com rigor o domínio da realidade e da representação. Nessa soma de ambiguidades se revela um agir dividido, esquizofrênico. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 17)

O leitor-telespectador-ouvinte se vê transportado ao mundo da violência, do horror e do sensacional com tais narrativas. Revivendo os acontecimentos, o receptor se sente parte da narrativa e das emoções que o sensacionalismo transmite (PEDROSO apud ANGRIMANI SOBRINHO, 1995).

A percepção que se tem sobre critérios de noticiabilidade, do que se encaixa como notícia¹² para veiculação ao público, isto é, o valor-notícia, é mutável, dependendo

¹¹ “As pulsões de morte têm uma tendência [psicológica] regressiva e conservadora, e podem efetuar um trabalho destrutivo de forma silenciosa. Em oposição às pulsões de morte, aparecem as pulsões de vida ou pulsões sexuais, que tendem a produzir formas organizadas e não destrutivas. A vida consiste no conflito dessas duas pulsões, enquanto a morte significa um triunfo das pulsões de morte.” (FREUD apud PRATA, 2000, p. 118)

¹² Segundo o Dicionário Essencial de Comunicação, notícia seria o “relato de fatos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público. Segundo Fraser Bond, ‘a notícia não é um acontecimento, ainda que assombroso, mas a narração desse acontecimento’. Como fenômeno essencialmente jornalístico, a notícia quer tratamento apropriado – que envolve apuração, pesquisa, comparação, interpretação, seleção – e redação adequada, de acordo com as peculiaridades do veículo. Mas para que, com toda a técnica jornalística, se produza uma boa notícia, é essencial que o fato reúna determinados atributos, como: atualidade, veracidade, oportunidade, interesse humano,

do lugar, da empresa jornalística, de sua editoria e do período histórico. Mas Traquina (2001, p. 192), citando Stephens (1988, p. 34), observa que:

Em resumo, os padrões básicos de noticiabilidade têm variado muito pouco. Existe um *continuum* que não pode ser ignorado – uma meta-história das notícias. Como foi eloquentemente observado pelo professor Mitchell Stephens, da Universidade de Nova Iorque: “Podemos imaginar um sistema noticioso que desdenhasse o raro em favor do típico, que ignorasse o proeminente, que dedicasse tanta atenção ao datado quanto ao atual, ao legal como ao ilegal, à paz como à guerra, ao bem-estar como à calamidade e à morte?”.

Para Traquina (2005b, p. 94-95), o valor-notícia funcionaria como um óculos “para ver o mundo e para o construir” e a definição de noticiabilidade dependeria de como a sociedade julga o “comportamento humano e institucional” naquele espaço-tempo. Mas, apesar dos valores-notícia dependerem do contexto histórico no qual está inserido, há critérios de noticiabilidades que se tornaram atemporais: “o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade” são exemplos de eventos que geram e geraram notícia.

4.2 GUERRA ÀS DROGAS

O Brasil, por registrar um alto índice de homicídios, e inserido no contexto de guerra às drogas, apresenta diariamente fatos merecedores de se tornarem notícia dentro de portais online, telejornais, jornais policiais e demais mídias. O tráfico de drogas, mesmo sendo algo ilícito e punível com prisão inafiançável, necessita de evento-consequência para gerar notícia: violência, morte, guerra (às drogas) ou algo extraordinário, como por exemplo a apreensão de uma grande quantidade de drogas. Com tais características, a cobertura do tráfico de entorpecentes e suas consequências torna-se responsabilidade do jornalismo policial não apenas por sua ilicitude, mas também por ocasionar eventos-consequência geradores de ocorrências policiais como homicídios ocasionados por conflitos entre facções rivais ou dentro do próprio cenário de guerra às drogas.

A guerra às drogas é um termo utilizado para se referir ao combate militarizado às drogas. A campanha dos Estados Unidos de combate a entorpecentes, agora sob uma perspectiva militar, em países que em sua visão necessitavam de ajuda econômica para fazê-lo iniciou esse processo, tendo reflexos em leis proibicionistas brasileiras.

raridade, curiosidade, importância e consequências para a comunidade, proximidade etc.” (RABAÇA; BARBOSA, 2014, p. 190).

Esse financiamento estava condicionado ao esforço que essas nações desenvolviam na guerra contra as drogas. Na lista “vermelha” da Casa Branca constavam 31 países que necessitavam dessa assistência, dentre eles o Brasil, México, Colômbia e a China (FRAGA, 2007).

Fraga (2007, p. 71) aponta que,

No Governo Reagan formou-se uma força-tarefa continental e multinacional, com a participação do poderoso DEA (Drug Enforcement Administration/Agência norte-americana de Combate ao Narcotráfico), do FBI e de polícias de países europeus, do México e da América do Sul. A ideia era envolver outros países na luta antidrogas pela sua eficiência e por aspectos de cunho político, evitando o isolamento dos EUA na questão. [...] A relevância dada à questão das drogas na administração de Ronald Reagan representou a continuidade da abordagem assumida pelos governos anteriores. Entretanto, é a partir de sua gestão à frente da Casa Branca que a temática das drogas passa a ter um enfoque mais predominantemente militarista.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através da publicação do Atlas da Violência de 2020, houve uma redução de 12% na taxa de homicídios no Brasil em 2018 quando comparado com números de 2017, saindo de 31,6 para 27,8 por 100 mil habitantes. O instituto relaciona essa baixa a alguns fatores: mudanças ocorridas em 2018 em políticas públicas de segurança pública como a criação do Ministério da Segurança Pública e a criação do Sistema Único de Segurança Pública; pelo armistício, “velado ou não”, entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) em 2018; como também a “piora substancial na qualidade dos dados de mortalidade”. Citando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, o Atlas da Violência nos aponta que mesmo com uma queda do número de homicídios de 2017 para 2018, o país registrou 57.956 assassinatos, tendo o Ceará¹³ como o estado com a maior taxa por 100 mil habitantes de 2018 (IPEA, 2020, p.9).

4.3 A RELAÇÃO DA MÍDIA BRASILEIRA DO SÉCULO XX COM A MACONHA

As primeiras sementes de *Cannabis sativa*, segundo a literatura e documentos do governo brasileiro, teriam chegado ao país através da diáspora de africanos escravizados, mais tarde isso seria utilizado como justificativa para culpabilizar os afro-brasileiros pelo vício, o que fica exemplificado pelo termo pejorativo “fumo d’Angola”

¹³ O Ceará registrou a maior taxa de homicídios em 2018 entre os estados da Federação. Foram 54 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional foi de 27,8. (INPEA, 2020)

(CARLINI, 2006) e pela instauração, em 1890, da “Seção de Entorpecentes Tóxicos e Mistificação”, utilizada no combate a cultos africanos e ao uso da maconha (BARROS; PERES, 2011).

Durante o século XVII, com a popularização da planta e incentivado por Portugal, o Brasil produziu-a em larga escala para a confecção, através da utilização de sua fibra (cânhamo), de velas das caravelas portuguesas, e no século XIX a maconha chegou a ser indicada para o combate a “muitos males” (CARLINI, 2006, p. 314).

Mesmo com tais usos, o Brasil seria o primeiro país do Ocidente a criar um ato legal contra o uso e venda da maconha, fato ocorrido em 1830 pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (BARROS; PERES, 2011). Mas a forte criminalização e a intensa utilização do aparato de segurança do Estado contra usuários viriam apenas no século XX, durante a década de 1930, sob influência da Conferência Internacional do Ópio¹⁴ (CARLINI, 2006). Segundo Macrae e Simões:

[...] Começou a cristalizar-se, entre autoridades médicas e policiais brasileiras, a associação “pobre — preto — maconheiro — marginal — bandido”. [...] Textos da literatura internacional sobre ópio e haxixe, tanto de cientistas como Morerau de Tours, quanto de literatos “hachischin” cultuadores do decadentismo como Baudelaire e Gauthier, fomentaram a interpretação do uso da maconha como fonte de degeneração psíquica e moral e de enfraquecimento da “raça brasileira” (MACRAE; SIMÕES, 2000, p. 20).

A mídia brasileira, já na década de 1930, absorveria e reproduziria tais discursos hegemônicos, principalmente no tocante ao discurso da medicina, trazendo artigos amedrontando e relacionando a maconha à loucura, a violência, a cultura negra e marginalizada, e por vezes comparando-a a cocaína e ao ópio – muitos desses artigos eram escritos por médicos e sanitaristas (SAAD, 2013).

Com isso:

As notícias de jornais tornavam-se cada vez mais alarmantes e o uso do adjetivo “africana” para apresentar a planta era cada vez mais comum. No artigo “Uma planta africana que é um terrível toxico”, de agosto de 1930, o leitor é informado sobre a descoberta “de um terrível toxico africano, chamado “diamba”, planta que leva ao sono, à loucura e à morte”. A venda era feita nas “casas de ervas sob o nome de cânhamo, diamba, sendo também conhecida como liamba, maconha”. (SAAD, 2013, p.85)

¹⁴ Realizada em 1924, em Genebra, pela Liga das Nações, a Conferência do Ópio e outros tóxicos foi “o primeiro passo na direção da proibição da maconha”, tendo o Brasil como um dos oito países escolhidos para fazer parte da comissão (SAAD, 2013, p. 80).

Se na década de 1930 houve a predominância do discurso médico na mídia, nas décadas seguintes seria substituída pela narrativa policial, associando a maconha ao crime e levando a problemática aos noticiários do país (FRAGA; MARTINS; RODRIGUES, 2020).

Segundo pesquisa realizada por Fraga, Martins e Rodrigues (2020, p. 11), com o título “Discursos sobre a maconha na imprensa brasileira na primeira metade do Século XX”, alguns dos resultados apontam para o

destaque ao trabalho policial, geralmente inquestionável. A polícia e os policiais são tratados nas reportagens como detentores de uma verdade sobre o fato, a narrativa ou a versão da polícia é a única divulgada pelos órgãos e imprensa. [...] Em outra reportagem em que se destaca o trabalho investigativo da polícia, o periódico *Gazeta da Noite*, do Rio de Janeiro, na reportagem “Detido o Rei da Maconha”, em sua edição 4786, de 1948, discorre sobre a prisão de um homem conhecido na época como o “Rei da Maconha”. Em uma operação passada, anterior à que intitula a matéria, a polícia do Distrito Federal teria apreendido um quilo de maconha, porém, José Delgado, vulgarmente conhecido como o “Rei da Maconha”, teria conseguido fugir com o restante do carregamento de um barco que acabara de chegar do Norte do país. Alguns dias depois, segundo a reportagem, “devido à persistência policial e ótima diligência”, conseguiram prender o criminoso. No final da reportagem, há a informação que a polícia ainda estaria à procura de vinte quilos de maconha.

As reportagens, cada vez mais embasando-se em fontes policiais e boletins de ocorrência, passaram a usar adjetivos negativos para se referir à maconha: “planta assassina”, “cigarro da morte”, “erva maldita”, “erva da decadência moral” eram recorrentemente usadas para “aumentar o estigma sobre a planta e aqueles que tinha relação com ela” (FRAGA; MARTINS; RODRIGUES, 2020, p. 8).

5 A ATUALIDADE DA MACONHA NA MÍDIA BRASILEIRA ATRAVÉS DE NOTÍCIAS DO PORTAL G1 E DO JORNAL ESTADO DE MINAS: ANÁLISE DOS DADOS

O Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad), instituído através da Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, compreende como droga todas as “substâncias ou os produtos capazes de causar dependência”. Com isso, a legislação brasileira não tipifica quais seriam as substâncias consideradas como drogas, não citando, inclusive, as palavras “maconha” ou “*cannabis*” em seu escopo (BRASIL, 2006). Tal tipificação ficará ao encargo da Portaria de nº 344/1998 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Para a Anvisa, droga é definida como “Substância ou matéria-prima que tenha finalidade medicamentosa ou sanitária”, diferenciando o que a Lei apresentada compreende como droga (BRASIL, 1998). A compreensão de droga para a Lei 11.343 se encaixaria nos tópicos “entorpecentes” e “psicotrópicos” da Anvisa, sendo definidos por ela como “Substâncias que podem determinar dependência física ou psíquica relacionada” (GANEM, 2019). Para a Anvisa (Portaria de nº 344 de 1998), a “*Cannabis sativum*” está listada como “planta que pode originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas”, no caso, a maconha – não há utilização da palavra maconha na Portaria (BRASIL, 1998).

Ganem (2019), compreende que:

A conclusão que a gente chega é no sentido de que somente será considerada “droga” para a lei 11.343/06 o que a portaria da ANVISA chama de “entorpecentes” e “psicotrópicos” e podem ser encontrados nas listas F1 e F2. Caso contrário, se não estiver nessas listas, não será considerada droga para fins de incidência das penalidades da legislação especial que estudamos e, conseqüentemente, não caracterizará os crimes de consumo pessoal e tráfico de drogas, por exemplo. Por fim, fica claro, então, que basta a inclusão ou a retirada de determinada substância das listas F1 e F2 da portaria da Anvisa n.º 344/98 para que ela se torne ou deixe de ser ilícita, haja vista que a legislação de drogas não traz em seus artigos a lista de substâncias ilegais.

O “Dicionário de Língua Portuguesa”, de Ernani Terra (2011, p. 639), define maconha como “Folhas e inflorescências dessecadas e trituradas do cânhamo, usado como droga devido à grande concentração de substâncias psicotrópicas”. Já o “Dicionário de Ciências Biológicas e Biomédicas” a define como:

Nome atribuído à planta (normalmente as folhas ou talos) *Cannabis sativa*. A droga usualmente é fumada, todavia pode ser ingerida ou misturada em alimentos

ou líquidos. Quando fumada a ação da droga ocorre mais rapidamente. Ocasionalmente distúrbios no cérebro, sistema cardiovascular e pulmões, que, via de regra, são reversíveis. A maioria dos efeitos dura de duas a três horas, e os distúrbios psicomotores podem permanecer por até 11 horas. Devido sua liberação lenta pelo tecido adiposo, alguns metabólicos desta substância podem ser diagnosticados na urina por vários dias. Trata-se da droga ilícita mais consumida no mundo. (VILLELA; FERRAZ, 2015, p. 243)

As duas definições dos dicionários apresentadas compartilham a compreensão de droga feitas pela Lei 11.343 e pela Portaria da Anvisa, ao utilizar a palavra “droga” e “substâncias psicotrópicas” para se referir à maconha em “[...] usado como droga devido à grande concentração de substância psicotrópicas” (TERRA, 2011, p. 639) e em “Nome atribuído à planta (normalmente as folhas ou talos) *Cannabis sativa*. A droga usualmente [...]” (VILLELA; FERRAZ, 2015, p. 243). Fairclough (2001, p. 231 e 236) observa que:

O modelo do ‘dicionário’ se harmoniza com textos que são produzidos e interpretados com uma orientação normativa para o significado potencial, que trata este como um código a seguir ou de onde selecionar. [...] Os dicionários fazem parte do aparato de padronização e codificação de línguas (Leith, 1983) e são sempre mais ou menos comprometidos com uma visão unitária da língua de uma comunidade e de seu vocabulário, que é, implicitamente, se não explicitamente, normativa: por isso, os dicionários tendem a apresentar as palavras dominantes e os significados das palavras únicos.

Quanto ao dicionário, o significado e o significante, Sírio Possenti (2016, p. 1087), citando Gardin, indica que:

Outra dimensão dos dicionários pode ser vista nesta consideração de Bernard Gardin, que propunha considerar certos debates como “o estabelecimento de um dicionário”: (...) trata-se, “para cada grupo (1) de impor seus próprios significados aos significantes que fazem parte do vocabulário político comum (...) e de combater a mesma tentativa por parte do adversário: recusar seu emprego dessas unidades; (2) de dar a verdadeira significação dos termos típicos do adversário, denunciando os significados ocultos (...); (3) de impor seus próprios signos linguísticos: significante e significado. (...) A metáfora subsiste na pena de Bonnafous e Tournier (...) quando escrevem que “o homem no poder brinca permanentemente de dicionário”

Tendo apresentado tais considerações sobre o entendimento do Estado, de órgãos sanitários e do léxico – através de dicionários linguísticos –, sobre o que se entende por droga e maconha, a pesquisa se debruçou sobre a empregabilidade da palavra “maconha” e o seu contexto em textos noticiosos da mídia, recorrendo ao portal de notícias G1 e ao Jornal Estado de Minas para a estruturação do *corpus*.

As matérias selecionadas para formarem o *corpus* desta pesquisa foram divididas em duas categorias conforme características observadas, sendo elas “matérias

informativas policiais” e “não-policiais”. Essa seleção se deu através das particularidades clássicas de ambas categorias: matérias informativas policiais foram assim selecionadas por comporem em seu escopo fatos que acompanham tipificações criminais, como o tráfico e o cultivo de maconha, e por ter a polícia e o boletim de ocorrência como “coautores” da produção jornalística através de intertextos, como declarações dos fatos ocorridos. A seleção de matérias não-policiais deu-se através de notícias que continham a maconha como tópico, como o uso medicinal e a legalização/descriminalização, mas que não envolviam tipificações criminais e/ou utilização da polícia como fonte.

Dentro de cada categoria foram realizadas subdivisões, tendo nas matérias policiais separações por tipologia de crimes relacionados à maconha: “tráfico” e “cultivo”. Quanto às matérias não-policiais, houve a subdivisão em “legalização/descriminalização nacional”, “legalização/descriminalização internacional”, “uso medicinal internacional”, “uso medicinal nacional” e “outros”.

Tabela 1 – Tipos de Matérias

Tipo de Matéria	Quantidade
Policial	28
Não-Policial	12
Total	40

Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

Observou-se a predominância de matérias informativas policiais (28) entre as quarenta notícias selecionadas – vinte notícias do portal G1 e vinte do Jornal Estado de Minas. As matérias de cunho ‘policial’ se distinguem entre as matérias ‘não-policial’ por apresentarem características próprias do jornalismo policial, como a relação com a violência, o crime e o imediatismo (SOUSA, 2016), e também por utilizar a polícia e os boletins de ocorrências como principais fontes na construção da notícia.

Dentre as matérias informativas policiais, notícias relacionadas ao crime de “tráfico” de maconha (20) se sobressaíram em comparação à categoria “cultivo” de maconha (8), como apresenta a tabela abaixo:

Tabela 2 – Relação de Acusações Criminais

Tipo de Crime	Quantidade
Cultivo	8
Tráfico	20
Total	28

Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

As notícias sobre “tráfico” e “cultivo” de maconha exemplificam e apresentam uma realidade vivida no Brasil: a guerra às drogas. Apreensão de grandes quantidades de maconha pela polícia – indo de dezoito quilos a doze toneladas –, prisões, acidentes, perseguições policiais, troca de tiros com morte e apreensão de dinheiro são exemplos de fatos relatados nas matérias policiais analisadas. Dentro do contexto de guerra às drogas, sua efetividade e as consequências de sua empregabilidade, notou-se, nas matérias analisadas, a ausência de quaisquer críticas ou contrapontos a essa realidade, como também a ausência de questões como a legalização/descriminalização e suas consequências para essa problemática.

Foi observado que a utilização da fonte policial é predominante, pois exclui-se testemunhas oculares e demais fontes na construção da notícia, evidenciado, principalmente, em fotografias ilustrativas às matérias, que em sua maioria, são de produção da Polícia Militar, Polícia Civil ou da Polícia Rodoviária. Tal prática, historicamente associada ao jornalismo de cunho policial e sua relação com a maconha, coopera com a reprodução de discursos hegemônicos, principalmente os ligados às forças de segurança do Estado, através do “destaque ao trabalho policial, geralmente inquestionável”, do tratamento dado às forças como “detentores de uma verdade sobre o fato”, e divulgando apenas as narrativas e versões da polícia (FRAGA, MARTINS e RODRIGUES, 2020, p. 11).

Para Fairclough, 2001, p. 143-144:

Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm o acesso privilegiado à mídia, que são tratados pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia. [...] Pode-se considerar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta.

Quanto ao processo de produção das matérias policiais e a predominância da fonte policial – prática discursiva¹⁵ –, Fairclough (2001, p. 107), citando Goffman (1981), observa que é “produtivo desconstruir” o produtor textual:

Há outras maneiras em que o conceito de ‘produtor(a) textual’ é mais complicado do que pode aparecer. É produtivo desconstruir o(a) produtor(a) em um conjunto de posições, que podem ser ocupadas pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes. Goffman (1981: 144) sugere uma distinção entre ‘animador(a)’, a pessoa que realmente realiza os sons ou as marcas no papel; ‘autor(a)’, aquele(a) que reúne as palavras e é responsável pelo texto; e ‘principal’, aquele(a) cuja posição é representada pelas palavras. Em artigos de jornal, há uma ambiguidade na relação entre essas posições: frequentemente, o principal é uma ‘fonte’ fora do jornal, mas algumas reportagens não deixam isso claro e dão a impressão de que o principal é o jornal (o(a) editor(a) ou um(a) jornalista); e os textos de autoria coletiva muitas vezes são escritos como se fossem assinados por um(a) único(a) jornalista (que na melhor das hipóteses seria o(a) animador(a)).

Cabe aqui ressaltar, quanto às manchetes em matérias policiais analisadas – nas quais podemos identificar as macroestruturas¹⁶ do texto –, a predominância de um modelo de construção de orações: “Polícia apreende”, “PM [Polícia Militar] apreende”, “PRF [Polícia Rodoviária Federal] encontra”, e/ou “Polícia Civil...”. Desse modo, iniciando a sentença dos enunciados – manchetes - e agindo como macroproposições¹⁷, como pode ser observado, por exemplo, em “*PM apreende mais de 3 toneladas de maconha em residência em Cubatão, SP*”, “*Polícia apreende 50 quilos de maconha dentro de casa em Vila Velha, ES*”, “*PM apreende cerca de 12 toneladas da maconha em Diadema, no ABC Paulista*”, “*PM apreende uma tonelada de maconha em sítio de Santa Luzia, na Grande BH, veja vídeo*”, “*PRF encontra quase 4 toneladas de maconha em meio a melancias*”, “*Polícia apreende meia tonelada de maconha na BR-262*” e “*Polícia Civil queima uma tonelada de maconha apreendida em Uberlândia*”.

¹⁵ Para Fairclough (2011, p. 106-107), a prática discursiva “envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais.

¹⁶ Macroestrutura é o resumo do texto, sinalizado muitas vezes em títulos e subtítulos (FARIAS, 2000, p. 104).

¹⁷ Macroproposições podem ser entendidas como “unidades semânticas de ordem mais geral” (FARIAS, 2000, p. 104).

Tabela 3 – Construção Semântica das Manchetes em Matérias Policiais

Construção Semântica	Quantidade
“Polícia apreende”, “PM apreende”, “PRF [Polícia Rodoviária Federal] encontra”, e/ou “Polícia Civil queima”	16
Outros	12
Total	28

Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

Nota-se, com isso, que a estrutura dessas orações oferece maior visibilidade ao trabalho realizado pelas forças de segurança, através da apreensão de maconha, do que qualquer outro fato da notícia, evidenciado através da construção semântica das manchetes. As forças de segurança, representadas pelas Polícias e suas instâncias, tornam-se atores de uma macroproposição¹⁸, inseridas em uma posição inicial das manchetes que destaca a sua responsabilidade. Farias (2000, p. 105) ressalta que,

Do ponto de vista estratégico, as categorias superestruturais podem ser apreendidas mediante recurso a informações textuais e contextuais, podendo ainda estar sinalizadas na própria superfície textual. Assim, se a macroestrutura de um texto narrativo contém uma ou mais macroproposições iniciais que descrevem *tempo*, *lugar*, *participantes* e uma *situação*, tal ou tais macroproposições podem ser designadas como a categoria esquemática *cenário*, exercendo assim as funções de situar, no tempo e no espaço, os fatos a serem narrados e de introduzir seus personagens centrais; neste caso, a categoria em questão é inferida a partir da macroestrutura semântica.

Fairclough (2001, p. 138) observa que a utilização de recursos, como aspas, utilizadas para falas de personagens e fontes em notícias, e orações relatadas – “ele/ela disse”, “ele/ela afirmou” –, podem ser definidas como “representação do discurso”, sendo “uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporados a um texto [...]”, representando uma “dimensão da prática social”.

Fiorin (2016, p. 58) complementa:

¹⁸ Vide exemplo dado por Van Dijk (2017, p. 209-210).

[...] deve-se chamar intertextualidade apenas as relações dialógicas materializadas em textos. Isso pressupõe que toda intertextualidade implica a existência de uma interdiscursividade (relações entre enunciados), mas nem toda interdiscursividade implica uma intertextualidade. Por exemplo, quando um texto não mostra, no seu fio, o discurso do outro, não há intertextualidade, mas há interdiscursividade.

As matérias de cunho ‘não-policial’ foram assim selecionadas pelo fato de haver informações contendo alguma relação com a maconha, seja a legalização /descriminalização ou o uso medicinal da planta, organizadas em matérias que trazem notícias nacionais e matérias com notícias internacionais, divididas nas seguintes categorias:

Tabela 4 – Relação das Matérias Não-Policiais

Tema abordado	Quantidade
Legalização/Descriminalização Nacional	-
Legalização/Descriminalização Internacional	4
Uso Medicinal Nacional	3
Uso Medicinal Internacional	1
Outros	4
Total	12

Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

Na categoria “outros” (4), duas matérias tinham como tema a retirada da maconha da lista de drogas mais perigosas pela Organização das Nações Unidas (ONU), e duas matérias noticiando a censura feita pela mídia social *Facebook* à campanha eleitoral de 2020 do então candidato a vereador de Belo Horizonte Dário Moura, que defende a legalização da maconha.

Dentre as matérias sobre legalização/descriminalização da maconha e uso medicinal em outros países, mais especificamente na Argentina, Estados Unidos da América e México, notou-se a não menção dos atuais debates políticos, sociais e econômicos no Brasil sobre estes tópicos, como projetos de leis – exemplo do PL 399/2015 –, diminuição da violência/tráfico, como também a perspectiva de lucro pelo Estado através da legalização, isto é, excluiu-se o contexto nacional nas produções de notícias internacionais. Quanto ao contexto, Fairclough (2001, p. 110), citando Foucault,

pondera que “a maneira como o contexto afeta a interpretação do texto varia de um tipo de discurso para outro”.

As tabelas abaixo constituem os dados apresentados até o momento, separados entre os dois veículos midiáticos analisados, portal de notícias G1 e Jornal Estado de Minas:

Tabela 5 – Tipos de Matérias por Veículo Midiático

Tipo de Matéria	Quantidade no G1	Quantidade no Estado de Minas
Policial	13	15
Não-Policial	7	5
Total	20	20

Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

Tabela 6 – Relações Criminais por Veículo Midiático

Tipo de Crime	Quantidade no G1	Quantidade no Estado de Minas
Cultivo	6	2
Tráfico	7	13
Total	13	15

Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

Tabela 7 – Relação de Matérias Não-Policiais por Veículo Midiático

Tema Abordado	Quantidade no G1	Quantidade no Estado de Minas
Legalização/Descriminalização Nacional	-	-
Legalização/Descriminalização Internacional	3	1
Uso Medicinal Internacional	1	0
Uso Medicinal Nacional	2	1
Outros	1	3
Total	7	5

Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

Tabela 8 - Construção Semântica das Manchetes em Matérias Policiais por Veículo Midiático

Construção Semântica	Quantidade no G1	Quantidade no Estado de Minas
“Polícia apreende”, “PM apreende”, “PRF [Polícia Rodoviária Federal] encontra”, e/ou Polícia Civil queima”	7	9
Outros	6	6
Total	13	15

Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

Observou-se no *corpus*, dentre as vinte e oito notícias inseridas na categoria ‘matéria informativa policial’, a predominância da utilização da palavra “maconha” em comparação com a palavra “*Cannabis*”.

Tabela 9 - Seleção Lexical em Matérias Policiais

Léxico	Quantidade
Maconha	122
<i>Cannabis</i>	3
Total	125

Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

Inserida em manchetes, parágrafos e legendas de fotografias, o vocábulo “maconha” corresponde a 97,6% das palavras relacionadas à droga, contra 2,4% da palavra “*Cannabis*” em matérias policiais analisadas.

Dentre as doze notícias organizadas em ‘matérias não-policiais’, e subdivididas em cinco categorias – contendo o uso medicinal e a legalização/descriminalização da maconha –, nota-se uma diferença na empregabilidade lexical em relação às ‘matérias informativas policiais’. A utilização do substantivo ‘*Cannabis*’ corresponde a 40% das palavras usadas para se referirem à droga, contabilizadas, também, através de manchetes, parágrafos e legendas de fotografias. Observa-se uma assimetria entre as escolhas lexicais contidas em ‘matérias informativas policiais’ e ‘matérias não-policiais’.

Cabe aqui ressaltar que a palavra-chave utilizada para a busca de notícias para formação do *corpus* foi ‘maconha’ e não ‘*cannabis*’, e que mesmo não compondo a palavra-chave, ‘*cannabis*’ apareceu em maior proporção nas matérias não-policiais do que nas matérias policiais.

Tabela 10 – Seleção Lexical em Matérias Não-Policiais

Léxico	Quantidade
Maconha	87
<i>Cannabis</i>	58
Total	145

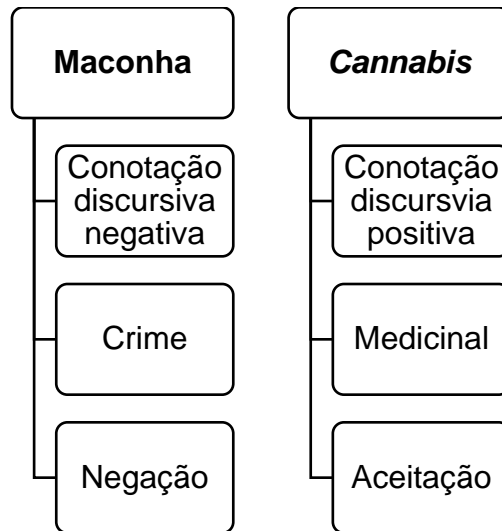
Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

A empregabilidade majoritária da palavra “maconha” em matérias policiais pode ser explicada através das características do jornalismo policial, já esmiuçadas nesta pesquisa, na qual o crime, e conseqüentemente o tráfico e o cultivo de maconha, são valores notícias apreciados por essa especialização do jornalismo (AIRES; ROSENZWEIG, 2015), e também por haver um estigma envolto da palavra “maconha”, constantemente ligada ao crime, violência, guerra às drogas e decadência moral, atribuindo uma conotação discursiva negativa à palavra, que conforme já apresentado, é histórico e hegemônico.

Fairclough (2001, p. 122 e 231) aponta que as palavras possuem um “significado potencial”, que “pode ser ideológica e politicamente investido no curso da constituição discursiva de um conceito cultural chave”, e que a “hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

Para Fairclough (2001), a mudança lexical altera o significado da palavra, o que pode ser observado na análise das matérias não-policiais, que ao contrário das policiais que obteve apenas 2,4%, a empregabilidade do vocábulo ‘*Cannabis*’ correspondeu a 40% das palavras destinadas a representar a droga, inseridas em notícias sobre legalização/descriminalização internacional e o uso medicinal da planta.

Com isso, observa-se uma mudança discursiva visando uma prática social, conforme representação do esquema-resumo abaixo:



Fonte: Rodrigo Sepini (2021)

Compreende-se, com isso, que a utilização da palavra '*Cannabis*' possa gerar uma maior aceitação entre os receptores, diferentemente da palavra 'maconha', já estigmatizada, e por isso há uma maior empregabilidade em notícias relacionadas à legalização/descriminalização e ao uso medicinal, por vezes devido à utilização de intertextos¹⁹ acadêmicos e/ou médico/científico, do que em notícias de cunho policial, com a utilização majoritária de interdiscursos e intertextos policiais.

¹⁹ Citando Bakhtin (1986), Fairclough (2001, p. 114) aponta que a intertextualidade "é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante. Em termos da produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às 'cadeias de comunicação verbal' existentes, consistindo em textos prévios aos quais respondem."

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida, através da análise de dados, análise de discurso e de uma análise bibliográfica, buscou averiguar qual ou quais os contextos discursivos inseridos na construção de notícias relacionadas à maconha, seja em matérias informativas policiais ou em matérias informativas não policiais, e na empregabilidade do substantivo “maconha” por essas produções midiáticas. Mais especificamente, buscou evidências de reprodução de discursos hegemônicos, sejam eles do Estado ou de forças de segurança do mesmo; discurso criminalizante e/ou estereotipado em matérias produzidas pelos veículos de comunicação analisados.

Ao início da pesquisa, e durante o seu processo de desenvolvimento, levantou-se hipóteses sobre a problemática da relação da imprensa brasileira com o discurso envolvendo a maconha: manchetes e notícias que contêm a palavra “maconha” levam a reproduções estereotipadas e estigmatizadas através do uso majoritário de fontes policiais na construção de matérias de tal cunho; a omissão sobre debates favoráveis à legalização/descriminalização da maconha no Brasil; ausência de críticas ao impacto gerado pela guerra às drogas no país e a seletividade lexical entre os termos ‘maconha’ e ‘*cannabis*’. Tais conjecturas foram primordiais para a análise dos dados coletados e para as conclusões alcançadas.

Observou-se que a produção de notícias de cunho policial em matérias analisadas ainda carrega heranças do jornalismo policial brasileiro, seja os do rádio e impressos do século XX, ou de jornais policiais sensacionalistas. A alta credibilidade dada às fontes policiais e boletins de ocorrência (fonte oficial), e a ausência de críticas sobre a guerra às drogas e seus contextos, evidenciam características históricas do jornalismo policial e da produção de textos noticiosos relacionados ao crime de tráfico e/ou cultivo de maconha no país.

Outro fato que a análise do *corpus* pôde observar, foi a seletividade na escolha de palavras – léxicos – na construção de manchetes, parágrafos e legendas de fotografias. A palavra ‘*cannabis*’ teve uma maior empregabilidade em matérias informativas não policiais sobre legalização/descriminalização e principalmente do uso medicinal, compondo 40% das palavras designadas para se referirem à droga, enquanto em matérias informativas policiais essa porcentagem alcançou apenas 2,4%.

Com isso, as notícias sobre crimes optaram pela escolha do substantivo ‘maconha’ ao invés de ‘*cannabis*’. Não se pôde concluir se essa escolha lexical se deve

a fatores conscientes ou inconscientes, como também se carregam consigo discurso criminalizante.

Mas, o que deve ser ressaltado é que, conforme já apresentado por esta pesquisa, a palavra 'maconha' passou por um processo histórico de construção simbólica/discursiva negativa pelos meios de comunicação, pela medicina e por forças de segurança do Estado. Essas construções hegemônicas envolvendo a maconha levam a estigmas sociais e preconceito sobre o uso recreativo e medicinal da planta, impedindo avanços legais, científicos e discussões culturais sobre a legalização/descriminalização da maconha no Brasil, e também impedindo debates sobre as consequências geradas pela guerra às drogas conduzida pelo Estado, afetando especialmente as comunidades periféricas e a população negra do Brasil.

A inserção das palavras 'maconha' e '*cannabis*' em contextos distintos, leva à seguinte conclusão: matérias com informações negativas, como o crime de tráfico e/ou cultivo de maconha, há majoritariamente a utilização do substantivo 'maconha'; já em matérias que buscam uma certa aceitação por parte dos leitores, que trazem informações e fontes científicas e/ou medicinais, como também notícias sobre legalização/descriminalização da maconha em países estrangeiros, optou-se por utilizar a palavra '*cannabis*' em frequência muito maior do que nas matérias informativas policiais. Com isso, nota-se uma construção/reprodução de sentido envolvendo a "maconha = conotação discursiva negativa" *versus* "*cannabis* = conotação discursiva positiva".

Dentro das matérias que tratam da legalização/descriminalização da maconha fora do Brasil, não foi encontrado evidências de informações sobre debates, discussões e/ou projetos de lei que proponham a legalização da maconha no Brasil. Omitiu-se o contexto nacional enquanto se noticiava avanços internacionais sobre tais pautas.

O trabalho desenvolvido através da Análise Crítica de Discurso (ACD), imprescindível para essa pesquisa, possibilitou enxergar além da objetividade das produções jornalísticas, e se fez compreender que a construção da notícia ultrapassa as fronteiras da redação, isto é, a intertextualidade e o interdiscurso estão presentes em produções midiáticas.

Hegemonia, poder, ideologia, manipulação, discurso e mídia foram temas constantemente debatidos por esta pesquisa, tanto em sua discussão teórica, quanto na análise do *corpus*. Há muitas questões em aberto que esta pesquisa não pôde responder devido a algumas limitações; ultrapassaria os limites impostos pelo *corpus* e pela teoria-

método usada, como por exemplo: até que ponto a ideologia do sujeito – jornalista – pode interferir na produção noticiosa de temas relacionados à maconha? Há questões etno-socio-culturais envolvidas nessas produções? O discurso criminalizante se sobressai sobre os debates e discussões sobre a legalização/descriminalização – discurso de legalização – em matérias produzidas sobre tais temas na mídia?

A importância de se responder a essas perguntas, e prosseguir com tais estudos, pesquisas e análises torna-se evidente quando contrastada com a realidade vivida no país, principalmente quando se observa as consequências da guerra às drogas, como o aumento da superlotação do sistema carcerário, a alta violência em comunidades pobres e periféricas, as mortes de civis e militares, como também o fortalecimento e expansão do narcotráfico que tanto lucra com a não legalização/descriminalização da maconha no Brasil.

O papel da mídia nesse contexto é primordial e deve ser observado. Sua influência em formar opiniões e seu papel de informar o público/cidadão dos acontecimentos, pode contribuir para os rumos que a questão da maconha e da guerra às drogas poderá tomar no Brasil. O que pôde ser observado em um contexto mais amplo dessa pesquisa, é que a mídia, neste momento, ainda se encontra distante dessas problemáticas e ausente na cooperação para a construção democrática de um debate sério e necessário sobre a legalização/descriminalização da maconha, e que caso postergado, poderá custar ainda mais ao país.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. 2^o ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

AIRES, Thiara Maria Castilho; ROSENZWEIG, Patrícia Quitero. A Identidade Cultural do Jornalismo Policial Chumbo Grosso. **Revista Panorama**, Goiás, v.6, n.1, p.31-41, jan./dez. 2016. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/4323>>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Coleção Novas Buscas em Comunicação, v.47, 1995.

ARBEX JUNIOR, José. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BARROS, André; PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. **Periferia**, Duque de Caxias, vol. 3, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552156375006>>. Acesso em 11 de maio de 2021.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane da Silva. **Mídia e Racismo**. Petrópolis: De Petrus et Alii Editora Ltda., 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. 6^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. (Trad. Maria Lúcia Machado)

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília, DF, agosto 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm#>. Acesso em 06 de junho de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998**. Brasília, 1998. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_re p.html>. Acesso em 08 de junho 2021.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo especializado: resgatando conceitos e práticas. *In*: SANTOS, Marli dos; BUENO, Wilson da Costa (org.). **Jornalismo especializado no Brasil**: teoria, prática e ensino. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.

CARLINI, E. A. A história da maconha no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 55, n. 4, 2006. Disponível em:

<file:///C:/Users/rodri/Downloads/A_historia_da_maconha_no_Brasil.pdf>.
Acesso em 11 de maio de 2021.

CARVALHO, Guilherme. Diretrizes para a Análise de Discurso em Jornalismo. **Revista Uninter de Comunicação**, v.1, n.1, p.5-27, jun./dez. de 2013.
Disponível em:
<<https://www.uninter.com/revistacomunicacao/index.php/revistacomunicacao/article/view/510>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. 27ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

DIJK, Teun A. van. Discurso de Elite e a reprodução do racismo. **Revista Delta**, v.8, n. Especial, p.1-36, 1992. Disponível em:
<<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45719/30192>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

_____. **Discurso, Notícia e Ideologia**: estudos na Análise Crítica do Discurso. 2ª ed. Vila Nova de Famalicão: Húmos, 2017. (Trad. Zara Pinto-Coleho)

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. (Trad. Izabel Magalhães)

FARIAS, Washington Silva. Compreensão e Resumo de Textos: alguns aspectos teóricos e experimentais. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1/2, n. 22, p. 103-110, jan./dez., 2000. Disponível em:
<file:///C:/Users/rodri/Downloads/rl22Art15.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2021.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FRAGA, Paulo César Pontes. A geopolítica das drogas na América Latina. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n.19, p.67-88, 2007. Disponível em:
<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/187/210>>. Acesso em: 25 de nov. 2020.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; MARTINS, Rogéria Silva; RODRIGUES, Luzania Barreto. Discursos sobre a maconha na imprensa brasileira na primeira metade do Século XX. **Revista Teoria e Cultura**, Juíz de Fora, v. 15, n. 2, p. 28-43, julho, 2020. Disponível em

<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/32745>>. Acesso em 15 de maio de 2021.

GANEM, Pedro Magalhães. O que é droga para fins de caracterização do tráfico de drogas?. Jusbrasil, 2019. Disponível em: <<https://pedromaganem.jusbrasil.com.br/artigos/695507525/o-que-e-droga-para-fins-de-caracterizacao-do-traffic-de-drogas#:~:text=Nesse%20sentido%2C%20de%20acordo%20com,pelo%20Pod%20er%20Executivo%20da%20Uni%C3%A3o.>>. Acesso em 06 de junho de 2021.

IPEA. Atlas da Violência, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2020. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008. (Trad. Jacques A. Wainberg)

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. **Rodas de Fumo**: uso da maconha entre camadas médias. 2ª impressão. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/4702?mode=full&submit_simple=Mostrar+registro+completo+do+item>. Acesso em 11 de maio de 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Ética, mídia e comunicação**: relações sociais em um mundo conectado. São Paulo: Summus, 2018.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo Policial Responsável**. Monografia (Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Universidade do Contestado. Santa Catarina, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pacheco-alex-jornalismo-policial-responsavel.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

POSSENTI, Sírio. Diferenças condensadas das palavras. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1075-1099, 2016. Disponível em: < <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10959/pdf>>. Acesso em 11 de junho de 2021.

PRATA, Maria Regina. Pulsão de morte: mortificação ou combate? **Revista Ágora**, Rio de Janeiro, v. III, n.1, p.115-135, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982000000200007>. Acesso: em 05 de dezembro de 2020.

PRINCIPAIS SITES NO BRASIL. **Alexa**, 2020. Disponível em: <<https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário Essencial de Comunicação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo Policial: indústria cultural e violência**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Faculdade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SAAD, Luísa Gonçalves. **“Fumo de negro”**: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

SANTOS, Ivair Augusto dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

SOUSA, Maria Kauany Alves de Oliveira. **Repórter Policial: um enigma a ser investigado**. Monografia (Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 2016.

TERRA, Ernani. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Rideel, 2011.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. (Trad. Carmen Grisci, Jefferson Bernardes, Marcos de O. Muller, Rosana Nora, P. Valério Maya)

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2ª ed. Florianópolis: Insular, v. 01, 2005a.

_____. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, v. 02, 2005b.

VILLELA, Marcos Marreiro; FERRAZ, Marcela Lencine. **Dicionário de Ciências Biológicas e Biomédicas**. 2ª ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2015.

YOUTUBE. **Praga pra 2018 maconheiro**. Vídeo (1min58s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZjSx3g9CaZY&ab_channel=SikeraJunior>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

ANEXO A - NOTÍCIAS DO JORNAL ESTADO DE MINAS

1. Homem compra tijolos comuns achando que era maconha: ‘Não existe mais traficante honesto’

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/26/interna_gerais,1214720/homem-tijolos-comuns-maconha-nao-existe-mais-trafficante-honesto.shtml>.

2. PM apreende uma tonelada de maconha em sítio de Santa Luzia, na Grande BH, veja vídeo

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/28/interna_gerais,1215387/pm-apreende-uma-tonelada-de-maconha-em-sitio-de-santa-luzia.shtml>.

3. Justiça mantém permissão para cultivo de maconha para tratamento de criança em BH

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/27/interna_gerais,1215055/justica-permite-cultivo-de-maconha-para-tratamento-de-crianca-em-bh.shtml>.

4. Veja vídeo: mais de 670 kg de maconha encontrados em galpão em Minas

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/12/11/interna_gerais,1219588/veja-video-mais-de-670-kg-de-maconha-encontrados-em-galpao-em-minas.shtml>.

5. PM apreende quase 400kg de maconha em Pará de Minas

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/22/interna_gerais,1187714/pm-apreende-quase-400kg-de-maconha-em-para-de-minas.shtml>.

6. Polícia apreende meia tonelada de maconha na BR – 262

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/12/02/interna_gerais,1216799/policia-apreende-meia-tonelada-de-maconha-na-br-262.shtml>.

7. Com campanha voltada para a legalização da maconha, candidato a vereador de BH tem vídeos censurados nas redes

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/05/interna_politica,1201724/maconha-candidato-a-vereador-de-bh-tem-videos-censurados-nas-redes.shtml>.

8. Redes sociais censuram campanha de Dário 4e20, que defende a legalização da maconha em BH

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/10/19/interna_politica,1196147/redes-sociais-censuram-campanha-de-dario-4e20-legalizacao-maconha-bh.shtml>.

9. PRF encontra quase 4 toneladas de maconha em meio a melancias

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/12/07/interna_gerais,1218090/prf-encontra-quase-4-toneladas-de-maconha-em-meio-a-melancias.shtml>.

10. ONU retira maconha da relação de drogas mais perigosas

<https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/12/03/interna_internacional,1217022/onu-retira-maconha-da-relacao-de-drogas-mais-perigosas.shtml>.

11. Polícia apreende 100 quilos de maconha no Bairro Céu Azul, em Belo Horizonte

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/07/interna_gerais,1202281/policia-apreende-100-quilos-de-maconha-no-bairro-ceu-azul-em-bh.shtml>.

12. Defesa de delegado preso diz que ele plantava maconha para consumo próprio

<https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/12/06/interna_nacional,1217856/defesa-de-delegado-presos-diz-que-ele-plantava-maconha-para-consumo-pro.shtml>.

13. Veja o Vídeo: Traficante deixam maconha para trás depois de furar bloqueio e se acidentar

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/15/interna_gerais,1205225/veja-o-video-trafficantes-deixam-maconha-para-tras-depois-de-furar-blo.shtml>.

14. Pouso Alegre: PM apreende 130 KG de maconha e R\$ 100 mil em estacionamento

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/18/interna_gerais,1207314/pouso-alegre-pm-apreende-130-kg-maconha-r-100-mil-em-estacionamento.shtml>.

15. Polícia Civil queima uma tonelada de maconha apreendida em Uberlândia

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/12/17/interna_gerais,1221520/policia-civil-queima-uma-tonelada-de-maconha-apreendida-em-uberlandia.shtml>.

16. Mulher que abandonou 70 kg de maconha em bagageiro de ônibus é presa

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/25/interna_gerais,1214383/mulher-que-abandonou-70-kg-de-maconha-em-bagageiro-de-onibus-e-presa.shtml>.

17. Polícia prende traficante e apreende 100 quilos de maconha no Bairro Serra Verde

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/10/16/interna_gerais,1195456/policia-prende-trafficante-e-apreende-100-quilos-maconha-serra-verde.shtml>.

18. Polícia apreende 3,4 toneladas de maconha em Campo Florido, no Triângulo

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/24/interna_gerais,1188559/policia-apreende-3-4-toneladas-de-maconha-campo-florido-no-triangulo.shtml>.

19. Lei histórica sobre descriminalização da maconha avança no Congresso americano

<https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/12/04/interna_internacional,1217654/lei-historica-sobre-descriminalizacao-da-maconha-avanca-no-congresso-americano.shtml>.

20. Encontrada plantação de maconha em comunidade de Esmeraldas

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/10/26/interna_gerais,1198288/encontrada-plantacao-de-maconha-em-comunidade-de-esmeraldas.shtml>.

ANEXO B - NOTÍCIAS DO PORTAL G1

1. Comissão da ONU retira a maconha de lista de drogas consideradas mais perigosas

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/02/comissao-da-onu-aprova-retirar-a-maconha-de-lista-de-drogas-consideradas-mais-perigosas.ghtml>>.

2. Senado mexicano aprova legalização da maconha

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/19/senado-mexicano-aprova-legalizacao-da-maconha.ghtml>>.

3. A 'legalização silenciosa' da maconha medicinal no Brasil

<<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2020/08/03/a-legalizacao-silenciosa-da-maconha-medicinal-no-brasil.ghtml>>.

4. Argentina legaliza cultivo de maconha medicinal para consumo próprio

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/12/argentina-legaliza-cultivo-de-maconha-para-consumo-proprio-de-natureza-medica.ghtml>>.

5. Câmara dos EUA aprova descriminalizar maconha em todo o país; texto vai ao Senado

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/04/camara-dos-eua-aprova-descriminalizar-maconha-em-todo-o-pais-texto-vai-ao-senado.ghtml>>.

6. Mais estados dos EUA aprovam a legalização da maconha

<<https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/11/04/mais-estados-dos-eua-aprovam-a-legalizacao-da-maconha.ghtml>>.

7. PM encontra plantação de maconha em apartamento de Higienópolis, bairro nobre de SP; veja vídeo

<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/22/pm-encontra-plantacao-de-maconha-em-apartamento-de-higienopolis-bairro-nobre-de-sp-veja-video.ghtml>>.

8. Delegado da Polícia Civil do DF é preso com plantação de maconha em casa

<<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/12/05/delegado-da-policia-civil-do-df-e-preso-com-plantacao-de-maconha-em-casa.ghml>>.

9. Justiça autoriza paciente a plantar maconha para uso medicinal em Porto Alegre: 'Vitória e alívio'

<<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/13/justica-autoriza-paciente-a-plantar-maconha-para-uso-medicinal-em-porto-alegre-vitoria-e-alivio.ghml>>.

10. Polícia apreende pé de maconha planta ao lado de Igreja Matriz de Jaú

<<https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/12/15/policia-apreende-pe-de-maconha-plantado-ao-lado-da-igreja-matriz-de-jau.ghml>>.

11. Mulher e filhos de delegado preso com plantação de maconha no DF deixam presídio

<<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/12/12/mulher-e-filhos-de-delegado-preso-com-plantacao-de-maconha-no-df-deixam-presidio.ghml>>.

12. PM apreende mais de 3 toneladas de maconha em residência em Cubatão, SP

<<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/12/24/pm-apreende-mais-de-3-toneladas-de-maconha-em-residencia-em-cubatao-sp.ghml>>.

13. Polícia apreende 50 quilos de maconha dentro de casa em Vila Velha, ES

<<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/12/15/policia-apreende-50-quilos-de-maconha-dentro-de-casa-em-vila-velha-es.ghml>>.

14. Meia tonelada de maconha é apreendida e dois suspeitos são presos após perseguição policial em Juatuba, na Grande BH

<<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/02/meia-tonelada-de-maconha-e-apreendida-e-dois-suspeitos-sao-presos-apos-perseguiçao-policial-em-juatuba-na-grande-bh.ghml>>.

15. Mais de 500 tabletes de maconha são encontrados dentro de uma van em Bom Despacho; dupla é detida

<<https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2020/12/04/mais-de-500-tabletes-de-maconha-sao-encontrados-dentro-de-uma-van-em-bom-despacho-dupla-e-detida.ghtml>>.

16. Polícia destrói plantação com quase 8 mil pés de maconha na zona rural de Dormentes

<<https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2020/12/22/policia-destrui-plantacao-com-quase-8-mil-pes-de-maconha-na-zona-rural-de-dormentes.ghtml>>.

17. PM apreende cerca de 12 toneladas de maconha em Diadema, no ABC Paulista

<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/25/pm-apreende-cerca-de-12-toneladas-de-maconha-em-diadema-no-abc-paulista.ghtml>>.

18. Polícia apreende cerca de 600 pés de maconha em casa de Paty do Alferes e prende suspeito

<<https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/12/08/policia-apreende-cerca-de-600-pes-de-maconha-em-casa-em-paty-do-alferes-e-prende-suspeito.ghtml>>.

19. Quase 1 tonelada de maconha é apreendida dentro de caminhão betoneira em Uberlândia; motorista foi preso

<<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/12/12/quase-1-tonela-de-maconha-e-apreendida-dentro-de-caminhao-betoneira-em-uberlandia-motorista-foi-preso.ghtml>>.

20. Homem é preso com 18 kg de maconha na Fernão Dias

<<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2020/12/04/homem-e-preso-com-18-kg-de-maconha-na-fernao-dias-em-vargem.ghtml>>.